

A LIBERDADE DA INFORMAÇÃO NA REDE, O MODELO DE PROCESSO COLETIVO PARTICIPATIVO EM AMBIENTE PROTEGIDO E A LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO DIGITAL

THE FREEDOM OF INFORMATION IN THE NETWORK, THE MODEL OF PARTICIPATORY COLLECTIVE PROCESS IN PROTECTED ENVIRONMENT AND THE FIGHT AGAINST DIGITAL SLAVERY

Vicente de Paula Maciel Jr. *

Resumo

O presente artigo aborda o tema da nova forma de dominação e escravização: a digital. Para isso parte da análise do conceito de escravo digital e dos elementos que o caracterizam e pretende apontar quais são os opressores, os senhores da Rede. Como próximo passo pretende-se analisar as alterações geopolíticas promovidas pela tecnologia, que fizeram surgir uma nova moeda: a informação. São revelados os mecanismos de dominação na Rede, que faz com que países inteiros e pessoas virem meros expectadores e usuários das mudanças tecnológicas, incapazes de regular o fluxo de informações e novos fatos, que não encontram padrão no passado e que dependem do conhecimento avançado na linguagem de algoritmos. Nesse contexto surgem os Cypherpunks na década de 90 e a linguagem criptografada utilizada pelo Wikileaks, cujo objetivo é libertar a Rede da vigilância total que ameaça a democracia no mundo. Para isso, pretende o Wikileaks a “liberdade para os fracos e a vigilância total dos poderosos” (os senhores da Rede). Em meio a ciberguerra os fundadores do Wikileaks apontam as armas para a libertação dos escravos digitais, que teriam basicamente duas perspectivas: a tecnologia da criptografia e o engajamento político para pressionar. Em uma análise crítica sugerimos que a mobilização dos interessados deveria ser feita em um ambiente protegido de processo coletivo, com a criação de um espaço discursivo virtual que pudesse conduzir a uma deliberação participada. Por fim relatamos a experiência de nossa proposta de pesquisa, desenvolvida na PUC/Minas, de criação de um aplicativo em parceria de pesquisa com professores da área de computação e que viabilize processos coletivos com participação das redes sociais. Foi descrita a experiência de uma audiência pública simulada onde foi testado o protótipo de aplicativo, com discussões transmitidas pela TV PUC por canal de Youtube e votação “on line” que ocorreu após a fase de discussões.

Palavras-chave: Cypherpunks. Escravidão digital. Robotização de homens. Sociedade informacional. Técnica de Dominação.

Artigo submetido em 12 de Setembro de 2018 e aprovado em 09 de Novembro de 2018.

* Doutor pela UFMG; Pós-doutor pela Universidade de Roma (La Sapienza); Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais nos cursos de graduação e pós-graduação; com diversas obras e artigos publicados; É Juiz do Trabalho Presidente da Vara do Trabalho de Nova Lima/MG. Email: vicentemacjr@gmail.com.

Abstract

This article addresses the issue of the new form of domination and enslavement: the digital one. For this, we analyze the concept of digital slave and the elements that characterize it and we intend to point out which are the oppressors, the lords of the Network. As a next step, we intend to analyze the geopolitical changes promoted by technology, which have given rise to a new currency: information. The mechanisms of domination of the Network are revealed, which make all countries and people to become mere spectators and users of technological changes, unable to regulate the flow of information and new facts, which has no pattern in the past and it depends on the advanced knowledge of the algorithm language. In this context, it arises the Cypherpunks in the 90's and the encrypted language used by Wikileaks, whose goal is to free the Network from total vigilance that threatens democracy in the world. For this, Wikileaks wants "freedom for the weak and total vigilance of the powerful" (the lords of the Network). In the midst of cyberwar, Wikileaks' founders point out guns for the freedom of digital slaves, which would have two main perspectives: encryption technology and political engagement to put pressure on. In a critical analysis, we suggest that the mobilization of interested people should be done in a protected environment of collective process, with the creation of a virtual discursive space that could lead to participatory deliberation. Finally, we report the experience of our research proposal, developed at PUC/MINAS, a creation of an app in a research partnership with professors in the area of computing science and to make feasible collective processes with the participation of social networks. It was described the experience of a simulated public hearing, where the prototype of the app was tested and the discussions broadcast on TVPUC by Youtube channel and on-line voting that took place after the discussion phase.

Keywords: Cypherpunks. Digital slavery. Information society. Robotization of men; Technique of domination.

1 INTRODUÇÃO: A ESCRAVIDÃO DIGITAL

O dicionário escolar latino português, de Eduardo Faria¹ traz o significado da palavra *servus*, *serva*, *servum* enquanto adjetivo, em sentido próprio, como o que é pertencente ou relativo a um escravo, derivando de aí o que é servil, dependente, dominado.

Enquanto substantivo, *servus*, *servi*, significa escravo em sentido próprio e, em sentido figurado, Faria cita como exemplo a passagem de texto de Cícero, o trecho em que usa a expressão *escravo das paixões*.

¹ FARIA, 1992, p.503.

Interessante na compreensão da etimologia da palavra escravo, como adjetivo, é a informação trazida por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira², em que o escravo é aquele *que está sujeito a um senhor, como propriedade dele*. E ainda, *aquele que está inteiramente sujeito a outrem, ou a alguma coisa*.

Nicola Abbagnano³, falando sobre a escravidão em seu conhecido dicionário de Filosofia, ressalta que a justificação da escravidão se fazia para os filósofos porque ela era útil tanto ao senhor como ao escravo. Aristóteles julgava a escravidão como uma divisão natural da sociedade, havendo aquele que gostava de mandar e o inclinado a obedecer, de sorte que a haveria vantagem para ambos. Já em Hegel, na *Fenomenologia do Espírito* o senhor é alçado a autoconsciência do servo e o servo a instrumento que elabora objetos, a fim de que sirvam ao senhor e também, por consequência, ao servo.

Abbagnano⁴ ressalta ainda que o cristianismo havia tornado insignificante a escravidão e sua condenação, na medida em que não seria importante ser escravo ou livre, bastando que o sujeito fosse *liberto no Senhor*.

Como esclarece Abbagnano⁵, no mundo antigo somente os Estóicos condenaram sem reservas a escravidão considerando que a liberdade era a capacidade de autodeterminar-se e a escravidão a ausência dela. Por isso o sábio era livre e os maus eram escravos.

No mundo moderno foi a filosofia iluminista que tornou absurda e repugnante a noção de escravidão, em razão da defesa que ela fez da igualdade, o que gerou a condenação da escravidão em todas as suas formas e graus⁶.

A escravidão sempre existiu e teve diversas formas na vida em sociedade, seja quando da dominação do vencedor sobre o vencido em diversas guerras em diversos momentos da história da humanidade, seja na exploração da mão de obra de índios nas minas de prata, cobre e ouro na América Latina e de negros na sustentação do lucro com o uso de trabalho não remunerado em lavouras, trabalhos domésticos, mineração, ou ainda, como ocorre modernamente, na exploração do trabalho remunerado, com o pagamento subdimensionado, jornadas excessivas, condições indignas de trabalho, como de grandes empresas europeias e americanas que investem na China e em países em desenvolvimento para diminuir custo com mão de obra que seria paga em patamar muito mais elevado aos seus trabalhadores nacionais.

2 FERREIRA, 1999, p.800.

3 ABBAGNANO, 1982, p.327.

4 ABBAGNANO, 1982, p.328.

5 ABBAGNANO, 1982, p.328.

6 ABBAGNANO, 1982, p.328.

Nosso foco no presente artigo, entretanto, não se direciona a analisar essas formas de escravidão mas sim um tipo que reputamos ser de extrema sutileza, mas com agressividade e poder de penetração e domínio suficientes para ameaçar a todos, brancos, pretos, ricos, pobres, em todos os países e que nos transforma em marionetes, cumpridores de um roteiro de dominação e padronização de comportamento nunca antes possível na história da humanidade.

Trata-se da escravidão em rede. A teia global que nos une a um só tempo em espaços diversos e tempo real e que supera fronteiras de língua, etnias, e que calmamente nos seduz e conduz a aparelhos cada vez mais amigáveis, tornando-se a tal ponto essenciais que não conseguimos mais prescindir deles.

Em importante reflexão no número 226 da Revista Cult, Márcia Tiburi⁷ também denuncia a rede (web), como a nova “arma” usada para a escravização, a digital. E prossegue, citando Vilém Flusser para esclarecer que na rede quem são os capturados somos nós, que não somos apenas transformados em funcionários. Em verdade a rede nos “põe a funcionar” de determinado modo. Esse modo é o domínio completo de nosso cotidiano, com a apropriação de nossas vidas, nosso corpo, gestos, gostos e até nosso pensamento. Usamos a rede e ela nos usa. E sentencia: *somos seus servos*.⁸

Em uma síntese definidora do fenômeno, Márcia Tiburi delineia as características desse novo personagem:

O servo digital é aquele que está sempre a serviço. Duplamente explorado ele compra o próprio jugo: o “aparelho” (se quisermos lembrar Flusser), o “dispositivo” (se quisermos lembrar Foucault) que transforma cada um em servo digital. Presos ao jugo, servimos a grandes senhores feudais, às corporações que por meio da internet administram miudamente nossa vida. As redes sociais são a parte aparentemente mais inofensiva das redes corporativas que tudo sabem sobre os hábitos de todos.⁹

É nessa linha, portanto, o objeto das reflexões que se seguirão.

7 TIBURI, 2017, p.11.

8 TIBURI, 2017, p.11.

9 TIBURI, 2017, p.11.

2 SOCIEDADE INFORMACIONAL: OS SENHORES DA REDE

A questão da reorganização da economia mundial no sentido de favorecer o surgimento de novos parâmetros de dominação no Mercado Global, alçando o chamado capital informacional como critério de valoração da importância das diversas economias participantes do jogo econômico foi precedida da discussão sobre a mudança do modelo desenvolvimentista para o modelo tecnológico. Trata-se na verdade de um engodo em que os países ricos e dominantes apoiam movimentos econômicos reformistas para aumentarem seu poder e seu lucro.

Esse tema é magistralmente abordado pelo Mestre mineiro Artur José Almeida Diniz¹⁰, como podemos ver no trecho abaixo transcrito:

Tecnologia é sinônimo de poder. Arma dos países ricos, tornou-se um “slogan” para os planejadores. Transferência de tecnologia, informática são vocábulos que exercem o mesmo fascínio do que “desenvolvimento” na década de sessenta. No entanto, vinte anos são decorridos desde as “receitas” para o desenvolvimento, para a “decolagem”, para que os países tivessem acesso à “sociedade de consumo”, modelo “made in U.S.A.”, qualquer que fosse sua história, sua cultura, seus valores e seus desejos. Os fatos desmentiram duramente as teorias, “wishful thinking” de tecnocratas e economistas alienados. Tais modelos foram citados pelas velhas nações coloniais. E assim, são decorridos quase trinta anos de esforços “desenvolvimentistas” ambíguos e totalmente profícuos. De “desenvolvimento” passou-se a “tecnologia”. Entretanto, a exploração selvagem da mão de obra não é incompatível com a tecnologia intensiva... as legiões de trabalhadores bolivianos que deixaram seus pulmões nas minas de Ouro na época de Simon Patiño... trabalhavam em regime de escravidão assalariada mas com máquinas muito modernas....Em nossos dias, a importação da tecnologia das economias mais adiantadas, coincide com o **processo de expropriação das empresas industriais de capital local** por parte das todo-poderosas corporações multinacionais. O movimento de centralização do capital cumpre-se através de uma **queima** impiedosa dos níveis empresariais **obsoletos** que, **sem ser por acaso, são justamente os de propriedade nacional**. A acelerada desnacionalização da indústria latino-americana traz consigo uma crescente dependência tecnológica.¹¹

Manuel Castells¹² nomeia esse “novo” movimento econômico centrado na evolução tecnológica e principalmente no desenvolvimento no campo da informática, na internet, telefonia e a conexão em rede. Assim ele começa o segundo capítulo de sua importante obra:

Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais

¹⁰ DINI, 1983, p.167-168.

¹¹ DINIZ, 1983, p.167-168.

¹² CASTELLS, 2016, p.135.

e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É **informacional** porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É **global** porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia, mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto.¹³

E mais adiante em sua obra Castells¹⁴ vai desnudar as relações por detrás dessa economia, bem como seu verdadeiro objetivo. Segundo avalia, empresas e nações são os verdadeiros agentes do crescimento econômico. Para ele o objetivo desses agentes não é a busca da tecnologia pela tecnologia, ou da produtividade para melhoria das condições da humanidade. Enquanto as empresas são motivadas pela lucratividade e pelo aumento do valor de suas ações, as instituições políticas estão focadas no incremento da competitividade de suas economias e no avanço do domínio geopolítico.¹⁵

A imagem frequentemente passada de que o desenvolvimento e a revolução informacional foram oriundos de jovens brilhantes que desenvolveram computadores e programas em garagens de suas casas é um devaneio pueril. Como desmitifica Castells¹⁶, foi o **Estado**, principalmente através do interesse do Departamento de Defesa Americano, por interesses militares de desenvolvimento e hegemonia de poder bélico e tecnológico sobre a União Soviética e os **empresários** que deram início à revolução tecnológica no Vale do Silício.

A identificação desses “senhores aliados” na produção de uma nova economia, a informacional, é de grande relevância para a compreensão de seu mecanismo de atuação, bem como na responsabilização pelos efeitos dessa política que canaliza o fluxo de informações, pessoas, capitais e gera impactos decorrentes de um mundo conectado e em rede.

Não se pode combater ou responsabilizar quem não pode ser identificado...

A ideia da “Rede” como uma entidade autônoma e que age por si própria, com fluidez e sem regras aparentes faz parte da estratégia de dominação e captura de uma massa de usuários que somente querem o acesso ao lançamento e recepção de dados, mas não se preocupam com

13 CASTELLS, 2016, p.135.

14 CASTELLS, 2016, p.150.

15 CASTELLS, 2016, p.150.

16 CASTELLS, 2016, p.122-123.

o fato de que esses dados, uma vez postos na Rede são passíveis de serem manipulados pelos senhores da Rede.

Informações, interesses manifestados em bens de consumo, tudo serve para a filtragem e construção de perfil do usuário, que passa a receber instantaneamente informações e propagandas que estimulam o consumo e a compra *online*. Se a informação contém mensagem consideradas estratégicas em termos militares elas são capturadas no sistema de filtragem nos canais americanos e passam a gerar o monitoramento do usuário e de seu grau de periculosidade para o sistema.

Desse modo, ao aderir à Rede, o usuário passa a pertencer a ela e, considerando o conceito de escravidão ele se torna cativo de “alguém (os senhores da rede, que vão monitorar o perfil do usuário, seja para dominá-lo ou para ganhar dinheiro com ele) ou de “alguma coisa” (do sistema, ao qual ele fica dependente e do qual ele não participa da construção).

3 A HUMANIZAÇÃO DE ROBÔS E A ROBOTIZAÇÃO DE HOMENS COMO TÉCNICA DE DOMINAÇÃO

As empresas de tecnologia investem atualmente em novos e sedutores produtos do mercado, como a inteligência artificial, nanotecnologia, a robótica, de modo a maximizar lucros e produtividade.

Se no passado o homem buscou construir máquinas baseadas em estudos da mecânica e da física do funcionamento animal, como os aviões que imitavam aves, no intuito de ajudar o trabalho humano, hoje o que se quer é a própria substituição do homem por máquinas que sejam mais eficientes do que ele próprio¹⁷.

No campo da inteligência artificial a IBM desenvolveu um super computador denominado Watson, que teria a pretensão de substituir médicos e orientar na cura de doenças, inclusive o câncer. A ideia seria criar um programa que funciona como verdadeiro médico virtual, com capacidade de armazenamento de um abissal volume de dados, estatísticas de

¹⁷ “Alan Turing, il pioniere della costruzione dell'intelligenza artificiale, osserva che più diventano complesse, più le nostre macchine ci riservano sorprese. Oltre una certa soglia di complessità, le macchine pensanti potrebbero diventare, si può aggiungere, filosofiche, o – se qualcuno pensa che la “supercriticità”, non stia nella filosofia, ma nella poesia, nella preghiera, nell'amore – potrebbero diventare macchine poetiche, preganti, amanti, cioè no più macchine, ma più che macchine.” SANSEVERINO, 2006, p.140.

doenças por região, tipos de tratamentos mais eficazes, processando respostas a consultas e poucos minutos e com a pretensão de conferir resultados com pequena margem de erros.

A medicina tem também evoluído no sentido de criar equipamentos(robôs), que fariam e já fazem cirurgias de alto risco de modo pouco invasivo e com baixo índice de erro. Os equipamentos podem ser operados à distância, inclusive com médicos comandando a cirurgia a partir de outro país.

Enquanto as máquinas vão adquirindo capacidades humanas os homens estão delegando suas capacidades para máquinas de modo que não se preocupem mais com aquilo que deixa de ser sua atribuição. Da mesma forma os homens estão transferindo suas vidas para sistemas computacionais, que organizam sua agenda e dominam seu **tempo**, o controlam o lugar (**espaço**) onde você está em tempo real e se você possui amigos próximos a você. A máquina começa a ditar para o homem o que fazer, quando fazer, com sugestões, vantagens, induzindo o comportamento por estímulo premial.

Esses fatores de produtividade e consumo diante de telas alimentam e controlam o desejo¹⁸, amortizando o pensamento, que fica paralisado diante do frenesi de telas de dispositivos, fazendo nascer o servo digital, um ser de uma nova era, que vem sendo amalgamado, forjando a robotização do homem, um ser com outra natureza...¹⁹

4 DE QUEM SÃO AS LEIS DA NOVA ORDEM?

O grande problema que se põe com a difusão da conexão em Rede é que ela parece sublimar todas as barreiras potencialmente capazes de contê-la. Estados, Municípios, todos parecem ser ineficazes na tentativa de regulamentação de atividades desenvolvidas no âmbito da Rede, parecem mesmo reféns dela.

Atividades comerciais sem controle e mesmo o crime organizado estabeleceram seus fluxos de mercadorias e serviços através da Rede. Veja a questão fiscal e jurídica provocada por empresas como o Uber, que não possui sequer um veículo e se transformou em uma das maiores empresas de transporte do mundo apenas disponibilizando um aplicativo na Rede mundial de computadores. Em diversos países diversas pessoas desempregadas e que atendem

¹⁸ TIBURI, 2017, p.11.

¹⁹ TIBURI, 2017, p.11.

a determinado perfil de cadastro, prestam serviços e são remunerados em conta bancária, sem contato com nenhum chefe, nenhum escritório físico.

O Airbnb, outra empresa estruturada nos mesmos moldes, é hoje uma das maiores empresas de locação de imóveis e de estímulo ao compartilhamento de propriedade e não possui um imóvel próprio para locação.

Os governos locais ficam atônitos... Como tributar a atividade comercial? Que tipo de vínculo contratual é esse²⁰. Qual o direito regula esse negócio jurídico?

A Rede serve igualmente a negócios ilícitos, frequentes são os golpes aplicados por pessoas que criam falsos perfis e vendem ou alugam bens móveis e imóveis inexistentes, promovem crimes de divulgação de material pornográfico e de pedofilia, estimulam jogos autodestrutivos que conduzem ao suicídio de jovens, servem de espaço para cometimento de bullying, comércio de drogas ilícitas e outros diversos tipos de crimes. O Direito Penal está em defasagem em relação a esses e outros crimes na descrição de tipos penais.

No campo do trabalho as perspectivas são sombrias quanto à geração de novos postos de trabalho. Hans-Peter Martin e Harald Shumann²¹ relatam o encontro ocorrido no Hotel Fairmont de São Francisco, na Califórnia, em 1995, onde os senhores do mundo relatavam o futuro da civilização e a criação da “sociedade dos dois décimos”:

No próximo século, para manter a actividade da economia mundial, dois décimos da população activa serão suficientes. “Não haverá necessidade de mais mão-de-obra”, estima o magnata Washington SyCip. Um quinto dos candidatos aos postos de trabalho bastará para produzir todas as mercadorias e para fornecer as prestações de serviços de grande valor de que a sociedade mundial pode gozar. Estes dois décimos da população participarão assim activamente na vida, nos rendimentos e no consumo – seja em que país for....”... Mas e os restantes? Será possível imaginar que 80% das pessoas que desejam trabalhar não vão encontrar emprego? “Não há dúvida de que os 80% restantes vão ter problemas consideráveis”, afirma o autor norte-americano Jeremy Rifkin, que escreveu o livro *The End of Work*.

Mas esse conjunto de alterações atordoantes na verdade possui outro significado. Se para quem sofre essa invasão e o domínio digital a situação parece incontrolável e somente resta assistir o fenômeno como quem fica paralisado pela luz da tela do celular, para o invasor esses

20 Sobre a existência ou não de contrato de trabalho nos moldes da relação de trabalho subordinado no UBER, confirmam importantes decisões dos juízes do trabalho Márcio Toledo Gonçalves, titular da 33ª. Vara do Trabalho de Belo Horizonte, onde foi reconhecida a relação de emprego entre um motorista cadastrado e o UBER (processo n.0011359-34.2016.5.03.0112, TRT/3ª.Região); e do juiz Filipe de Souza Sickert, da 37ª. Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que negou a existência de relação de emprego entre o motorista e o UBER (processo n.0011863-62.5.03.01370, TRT/3ª.Região).

21 MARTIN; SHUMANN, 1998, p.10.

movimentos tecnológicos são a nova forma de dominação. Eles chegam como modernidade, instauram-se na sociedade, ávida por novidades, e se mostram amigáveis e inevitáveis, conquistando a massa de pessoas que usam o sistema.

Uma vez instaladas no seio da sociedade dominada, anestesiada, as novas invasões tecnológicas alimentam o conflito interno entre os novos e velhos valores, vendendo a imagem de modernidade e de contraste entre a atual sociedade tecnológica e o passado patrocinado por um Estado(local) ineficiente e insensível.

Mal sabem eles que esse Estado (local) foi omissos por conivência de seus representantes, muitos deles já ciosos do papel que devem desempenhar nesse roteiro de dominação previamente traçado, para abocanhar as migalhas da pilhagem que lhes restará.

As tecnologias cujos donos aparentemente não têm rosto, endereço fixo ou pátria, uma vez que já se inseriram na economia local, passam a buscar a legitimidade pelo direito, promovendo a revisão legal para adequação de uma nova reorganização do trabalho e do capital, mexendo efetivamente com toda estrutura produtiva do país já dominado...

Para Martin e Shumman, o problema foi gerado pelo enfraquecimento da política frente a economia e a tecnologia. Seria necessário retomar a força e unidade da política para que ela controlasse a atividade econômica, sendo ela, a política, a estabelecer os valores e finalidades da atividade econômica e não o contrário. Para eles, a mais importante missão dos políticos preocupados com a democracia estaria em devolver ao Estado essas funções de coordenação de modo a restabelecer o “primado da política sobre a economia”.²²

É certo que a visão de Martin e Shumman pressupõe a vinculação a um modelo representativo de Estado, que é aquele que vigora em todos os países do mundo civilizado. No modelo representativo há a dependência de pessoas que “falam”, “deliberam” e “executam atos” em nome do povo. Nesse modelo há uma alienação das vontades dos representados, que transferem ao representante toda a competência decisória sobre as situações da vida do país.

É esse modelo representativo que vem sendo, entretanto questionado e está em crise em diversos países, porque os representantes estão se distanciando dos representados, agindo contra seus interesses e se aliando a empresas e a interesses militares de Estados dominantes, impondo reformas legislativas que implicam em pesadas perdas de direitos e privilegiam a concentração de capital nas mãos de poucos. Entendemos que é pouco provável que os políticos exerçam

22 MARTIN; SHUMANN, 1998, p.17-18.

esse papel protagonista na atualidade, em razão do grau de comprometimento que têm com o capital. Isso já era descrito por Eduardo Galeano no passado:

O capitalismo de nossos dias exibe, em seu centro universal de poder, uma identidade evidente dos monopólios privados e do aparato estatal. As corporações multinacionais utilizam diretamente o Estado para acumular, multiplicar e concentrar capitais, aprofundar a revolução tecnológica, militarizar a economia e, mediante diversos mecanismos, assegurar o êxito da norte-americanização do mundo capitalista. O Eximbank, Banco de Exportação e Importação, a AID, Agência para o Desenvolvimento Internacional, e outros organismos menores cumprem suas funções neste sentido; também operam assim alguns organismos presumivelmente internacionais, nos quais os Estados Unidos exercem sua incontestável hegemonia: Fundo Monetário Internacional e seu irmão gêmeo, o Banco de Reconstrução e desenvolvimento, e o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se outorgam o direito de decidir a política econômica que hão de seguir os países que solicitam os créditos, lançando-se com sucesso ao assalto de seus bancos centrais e de seus ministérios decisivos, se apoderam de todos os dados secretos da economia e das finanças, redigem e impõem leis nacionais e proíbem ou autorizam medidas dos governos, cujas orientações desenham com todos os detalhes.²³

Todo esse movimento em prol do estabelecimento da hegemonia neoliberal²⁴ norte-americana desconsidera o sistema legal dos países dominados e impõe situações que eliminam as restrições à propriedade privada, colocam o Estado como *persona non grata* nas relações econômicas, eliminam a proteção do direito às pessoas e escancaram as portas para a migração do lucro para os países dominantes, num fluxo dos escravizados para os senhores.

O próprio direito é usado como arma de legitimação da pilhagem²⁵ e da dominação, sendo moldado por políticos coniventes, empresas dispostas a retirar até a última moeda disponível dos países pobres, e Estados empenhados em manter a hegemonia de seu poder econômico e militar, disponibilizando um aparato de instituições, principalmente bancárias, para dar suporte ao fluxo migratório das riquezas.

23 GALEANO, 1983, p.245-246.

24 “O neoliberalismo é, portanto, um conjunto de práticas sociais, políticas, econômicas, jurídicas e ideológicas levado a cabo por uma variedade de agentes influenciados pelo que chamamos de “formidável lógica do mercado”. A redução da esfera pública e a grande dimensão do setor privado, com privilégio exclusivo dos agentes empresariais mais fortes, é a força que move essa diretriz política. O expediente jurídico pelo qual essa estratégia é implementada em contextos secundários é a noção de “desenvolvimento abrangente”, que invariavelmente enfatiza a necessidade de incrementar a “boa governança e o Estado de Direito”.In: MATTEI; NADER,, 2013, p.89-90.

25 MATTEI; NADER,, 2013, p.166-167.

5 A GUERRA DOS CYPHERPUNKS

Não há na história humana um escravo, um presidiário ou qualquer pessoa sujeita a constrição de liberdade que estivesse conformada com a sua sujeição e que não aspirasse a sua libertação em alguma oportunidade.

Essa tomada de consciência da dominação e captação das pessoas, instituições e países na rede somente poderia se dar por quem detinha conhecimento na engenharia de softwares. Não foi à toa que surgiu um movimento autodenominado de cypherpunks e que revela uma necessária tomada de consciência para que os escravos da rede percebam seu aprisionamento e lutem por seu espaço de liberdade.

Evidentemente isso não se faz sem obstinação, conhecimento técnico em algoritmos e a principal arma, a criptografia, que garanta a impossibilidade de filtragem do conteúdo de informações.

O termo “cypherpunk” consta do Oxford English Dictionary desde 2006 e é derivação (criptográfica) de cipher (escrita cifrada, secreta) e punk.²⁶

O objetivo dos cypherpunks, como esclarecido pelo controverso jornalista e desenvolvedor de softwares Julian Assange²⁷, um dos criadores do movimento, é a utilização da criptografia e de métodos similares como meio de provocar mudanças sociais e políticas e defender a liberdade na “Rede”.

O movimento foi criado no início dos anos 1990 e atingiu o ápice nas ciberguerras e na primavera Árabe, após a censura da internet em 2011.²⁸

Como afirma Assange ao identificar os partícipes dessa guerra: “De um lado, uma rede de governos e corporações que espionam tudo o que fazemos. De outro, os cypherpunks, ativistas e **geeks** virtuosos que desenvolvem códigos e influenciam políticas públicas. Foi esse movimento que gerou o WikiLeaks”.²⁹

Por detrás dessa luta e do movimento Wikileaks estão brilhantes desenvolvedores de códigos digitais como Jérémie Zimmermann, Jacob Appelbaum e Andy Müller-Maguhn. Eles destacam que a rede é hoje espaço de disputa política, ressaltando a sua importância, como em

26 Oxford English Dictionary Updates Some Entries & Adds New Words; Bada-Bing, Cypherpunk, and Wi-Fi Now in the OED”, *ResourceShelf*, 16 set.2006, disponível em : <http://web.resourceshelf.com/go/resourceblog/43743>>. Acesso em 24 out.2012.

27 ASSANGE...[et al.], 2013, p.05.

28 ASSANGE, 2013 p.38.

29 ASSANGE, 2013, p.09.

2012, quando no Congresso Americano se discutiam duas leis que previam restrições à liberdade na internet, como bloqueio de sites, inclusive estrangeiros, por infração de direitos autorais e em razão de uma série de protestos a opinião pública conseguiu forçar a sua suspensão.

Assange e os seus companheiros de luta relatam em sua obra o que chama de “militarização do ciberespaço”, informando que quando nos comunicamos através da internet ou telefonia celular, que também dá acesso a rede, as comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. Com isso, o espaço da internet que deveria ser espaço civil se transformou em espaço militarizado em que as informações e comunicações de nossas vidas passam a ser filtradas e apropriadas dentro dessa zona militar.³⁰

Para explicar a necessidade de combater o controle na rede pelos seus senhores, Assange usa a analogia a situação das armas de destruição em massa. Segundo argumenta, quando foi constatado pela física que seria possível construir uma bomba atômica e quando a mesma foi finalmente construída isso gerou um impacto na estrutura geopolítica mundial, com impactos positivos e negativos na vida de diversas pessoas. Houve a necessidade de um movimento regulatório para impor controles a produção e uso dessas armas, o que tem nos poupado de seus efeitos, com exceção da situação do Japão.³¹

O problema, segundo Assange, é que o aumento da qualidade e sofisticação no custo de vigilância em massa nos últimos dez anos vem provocando um desequilíbrio preocupante. Enquanto a população humana dobra a cada 25 anos, a capacidade e vigilância dos senhores da rede dobra a cada 18 meses...Por isso a curva de crescimento da vigilância está dominando a curva de crescimento da população. A um baixo custo um país de porte médio pode ter todos os dados interceptados. Essa é, segundo afirma, uma gravíssima ameaça à democracia e a liberdade em todo o planeta. Por isso essa ameaça precisa de uma reação proporcional capaz de neutralizar seus efeitos danosos, tal como a reação a ameaça nuclear precisou de uma reação em massa para tentar controlá-la.³²

Os cypherpunks criaram o Wikileaks com o objetivo de revelar ao mundo a má conduta de governos, governantes, empresas, instituições, divulgando na rede informações secretas que chocaram a todos e que cumpre um princípio fundamental do movimento, que é garantir a

30 ASSANGE, 2013, p.10.

31 ASSANGE, 2013, p.66.

32 ASSANGE, 2013, p.67.

“privacidade para os fracos e a transparência para os poderosos”. E uniram a esse princípio um que é caro aos hackers: “ informação deve ser livre.”

Com isso, o Wikileaks divulgou a partir de 2010 milhares de documentos secretos norte-americanos que revelavam ataques militares a civis e jornalistas desarmados no Iraque. Em abril do mesmo ano publicou 75 mil diários militares americanos com relatos de assassinatos indiscriminados de civis afegãos e a prática de tortura. No final de novembro ocorreu a divulgação daquele que foi chamado de “Cablegate”, com material que relatava 251.287 comunicados diplomáticos provenientes de 274 embaixadas americanas que descreviam como funcionam as relações internacionais e sobre o comportamento dos líderes de diversos países em reuniões a portas fechadas.

Os relatos da embaixada americana na Tunísia descreviam detalhes de corrupção do governo do ditador Ben Ali, o que motivou a revolta da população e culminou na queda do dirigente em janeiro de 2011, no movimento que ficou conhecido como “Primavera Árabe”.

O grupo do Wikileaks criou um canal totalmente seguro para envio de informações secretas obtidas por informantes. Eles Usaram uma criptografia³³ que não apenas assegurasse o trânsito seguro e sem interceptações das informações como não permitia a identificação da origem do envio, preservando o informante digital, que teria assegurado o total anonimato. Segundo Assange, a tecnologia seria então libertadora.

Agora qualquer um poderia ser um informante (whistleblower) e também contar com um canal desenvolvido para descarregar grande quantidade de informações com transferência de milhões de documentos.

É evidente que estando em uma guerra essas estratégias e seus estrategistas seriam combatidos. A liberação da verdade através da criptografia vem sendo neutralizada, como no caso do soldado Bradley Manning, que permaneceu 880 dias preso em condições desumanas, sem julgamento, por ter confessado em um chat que ele era a fonte dos documentos vazados referentes a guerra do Iraque.³⁴

33“Mas nós fizemos uma descoberta. Nossa única esperança contra o domínio total. Uma esperança que, com coragem, discernimento e solidariedade, poderíamos usar para resistir. Uma estranha propriedade do universo físico no qual vivemos. O universo acredita na criptografia. Notamos que seria possível utilizar essa estranha propriedade para criar as leis de um novo mundo. Para abstrair nosso novo reino platônico de sua base composta de satélites, de cabos submarinos e de seus controladores. Para fortalecer nosso espaço por trás de um véu criptográfico. Para criar novos espaços fechados àqueles que controlam a realidade física, porque a tarefa de nos seguir nesses lugares demandaria recursos infinitos. E, assim, declarar a independência..” ASSANGE, 2013, p.27.

34 ASSANGE, 2013, p.38.

O próprio Assange, desde dezembro de 2010, uma semana depois da divulgação do Cablegate, ficou em prisão domiciliar no Reino Unido e depois ficou na Embaixada do Equador, que lhe deu asilo diplomático, onde se encontra até hoje. Além disso, principalmente nos EUA como em diversos países vem surgindo denúncia contra Assange, inclusive por suposto crime de estupro na Suécia, acusação que foi recentemente arquivada pela Justiça daquele país. Os membros identificados do movimento Wikileaks tiveram problemas em suas contas bancárias, o movimento teve o bloqueio de acesso a cartões de crédito, numa tentativa de asfixia financeira. Eles basicamente vivem de doações de pessoas que acreditam nas propostas do Wikileaks.³⁵

Mesmo diante dessa reação o Wikileaks publicou setecentos arquivos sobre prisioneiros de Guantánamo, com detalhes de interrogatórios, além de e-mails do governo da Síria e documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA sobre suas políticas de detenção militar, continuando a batalha no campo político e tecnológico.

A ilusão de que a rede permitiu a conexão e aproximação de pessoas de todos os países em um espaço “público” de liberdade é uma grande falácia. Os senhores da rede não permitirão um espaço de liberdade mas apenas uma liberdade “vigiada”. Um lugar em que todos nós estaremos em paz na rede, desde que cumprindo o script de produção de consumo, de reprodução de lucro, e de abstenção de reivindicação política de libertação do espaço da rede do jugo militar.

E essa guerra já possui outros fortes personagens, como os chineses, que “deram (de graça...)” toda uma infraestrutura de internet, incluindo cabos de fibra ótica e *switches* de *backbone*. Eles não precisam ser pagos em dinheiro por essa benesse, porque o interesse deles é o acesso aos dados, a nova moeda.³⁶

6 A POSSÍVEL SEGUNDA “REVOLUÇÃO ILUMINISTA”: A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS DIGITAIS

Para que possamos nos libertar da dominação militar e empresarial que comanda a rede mundial de computadores são necessários a tomada de consciência sobre o problema pelos cidadãos, no sentido de apoiar e pressionar para que haja liberdade na rede, a preservação da

35 ASSANGE, 2013, p.37-41.

36 ASSANGE, 2013, p.68.

privacidade na informação e a garantia do anonimato para aqueles que não querem se expor, bem como o estabelecimento de marcos regulatórios que sejam estabelecidos com a participação dos envolvidos e que tenham eficácia em todos os protocolos de rede.

Jéréme Zimmermann³⁷, ao trabalhar essa questão indaga qual a solução desse problema para o usuário individual ou para a sociedade. Em suma, com quais armas o cidadão e a sociedade poderiam enfrentar tamanho poder organizado pelos senhores da rede?

Ele propõe duas formas de enfrentamento que poderiam ser viáveis:

1) As soluções técnicas:

- . serviços descentralizados em que cada usuário hospedaria seus próprios dados;
- . uso da criptografia;
- . os usuários confiariam em provedores próximos deles e que os ajudassem com serviços de dados criptografados

2) As soluções políticas:

- . que as leis e as ferramentas estejam nas mãos dos cidadãos, para controlar o que está sendo feito com a tecnologia;
- . capacidade de punir grupos que usam a tecnologia de maneira antiética e com violação da privacidade dos cidadãos.

E conclui que ambas as soluções devem ser encaminhadas conjuntamente.

Para Jacob Appelbaum a autoridade dos Estados modernos provém da violência ou da ameaça dela. Mas argumenta que com a criptografia nem toda violência do mundo poderá resolver uma equação matemática. A segurança criptográfica é algo que Appelbaum considera de difícil compreensão pelo leigo, mas que deveria ser esclarecido as pessoas que não são técnicas, para que elas pudessem confiar mais nessa tecnologia. Afinal de contas o sistema criptográfico é tão confiável que, se todas as pessoas pudessem resolver todas as equações matemáticas das linguagens criptografadas, não haveria segredo e todos teriam acesso a tudo, o que não acontece.³⁸

Para Assange, a criptografia é portanto, uma poderosa ferramenta capaz de proteger a interceptação em massa que ameaça a civilização do mundo inteiro. E ele reforça a posição de Jacob Appelbaum no sentido de se dar crédito a criptografia:

37 ASSANGE, 2013, p.79.

38 ASSANGE, 2013, p.80-81.

Então, há uma propriedade do universo que favorece a privacidade, porque alguns algoritmos de criptografia jamais poderão ser quebrados por qualquer governo. Há outros que seria difícil até para a NSA quebrar. Sabemos disso porque eles recomendam que esses algoritmos sejam utilizados por terceiros trabalhando para as Forças Armadas dos Estados Unidos para a proteção das comunicações militares ultrassecretas norte- americanas e, se eles pudessem ser quebrados, em pouco tempo os russos e os chineses acessariam esses dados, com graves consequências para quem tivesse tomado a decisão de recomendar um código vulnerável.³⁹

Assange adverte quanto ao risco das poderosas forças econômicas e políticas nos transformarem em uma sociedade de vigilância total. Ele reconhece a alternativa de que algumas pessoas podem simplesmente optar pela desconexão, o isolamento completo, mas ressalta que essas pessoas estarão a margem da economia moderna e terão uma capacidade de ação bastante limitada. E conclui que qualquer pessoa pode ficar fora da internet, mas essa é uma opção de não ser influente.⁴⁰

Não há então uma alternativa fácil. Todas elas são complexas nessa luta. Os senhores da rede, que são Estados fortes e dominantes, com objetivos econômicos e militares, se unem a grandes empresas para criar um ambiente controlável e submeter a população mundial através de equipamentos eletrônicos sedutores e aparentemente inofensivos, mas que capturam informações de todo o tipo e geram um amplo domínio geopolítico e econômico sobre Estados e regiões inteiras do planeta. Desconsideram as leis e culturas locais e impõem um fluxo de informações e capitais sem que ninguém(os explorados) se dêem conta disso, sem que possam evitar sua própria exploração.

A utilização da tecnologia da criptografia, o ativismo político com engajamento para pressão da liberdade na rede são temas importantes de serem discutidos e compreendidos.

7 O ELEMENTO QUE FALTA A ESSA LUTA: O PROCESSO COLETIVO EM AMBIENTE PROTEGIDO EM REDE

Entendo que falta somar a essa proposta a criação de um espaço protegido onde se possa discutir e não apenas ceder informações bombásticas que devem ser compartilhadas.

O movimento do wikileaks é importante, mas ele não terá um poder mobilizador se não permitir a criação de um espaço discursivo em que as pessoas possam também deliberar sobre

39 ASSANGE, 2013, p.81.

40 ASSANGE, 2013, p.81.

as suas ações. Controlar os movimentos, propor soluções, votar em propostas e planejar ações. Se o Wikileaks pretende ser o “representante” bem intencionado do mundo oprimido e ter acesso ao fluxo de informações secretas através de códigos criptografados, ele também será mais um detentor de dados secretos, que serão usados por ele politicamente, segundo o propósito de um fechado grupo técnico intelectualizado e que decide com amplo poder o que e quando divulgar.

A politização é necessária em um duplo sentido. Tanto é importante a mobilização para pressionar politicamente por mudanças, elaboração ou supressão de leis, opções políticas, como a politização interna do movimento, com a abertura de fóruns de debate nos quais os interessados possam tomar ciência das informações e a partir de aí emitirem opiniões em uma espécie de processo coletivo virtual. Através dele poder-se-ia pensar em um modo participar em contraditório e estabelecer consensos, inclusive sobre o uso das informações.

Se isso não for feito não haverá o engajamento dos diversos interessados em participar desse processo, eles não serão implicados nele. Somente a partir do momento em que se percebe que as decisões que serão tomadas sobre determinada questão afetam nossas vidas é que somos implicados e participamos. E mais, o leigo, o conformado com o *status quo* pode perguntar: porque confiar em entregar informações a um grupo de hackers perseguidos de outro país e não a uma estrutura confortável montada pelo Estado e pelas grandes corporações? Qual a vantagem que teriam? Abdicar do conforto da submissão e engajar em uma luta em a qual não sabem manejar as armas contra poderosos governos militarizados e seus aliados multimilionários?

É preciso um processo coletivo que garanta a participação⁴¹ e traga os objetos dos temas a serem discutidos, despertando a consciência dos interessados sobre os impactos que sua omissão representará em suas vidas.

Esse processo deve ser garantido pela proteção criptográfica e a possibilidade de deliberação em um espaço coletivo seguro. O próprio Wikileaks poderia criar esse espaço virtual protegido (um fórum de processo coletivo em rede) e ele poderia ser usado como ambiente protegido pelo wikileaks com o uso da criptografia, para viabilizar a discussão, a mobilização e a votação de temas locais, nacionais, e internacionais.

Haveria a reunião da capacidade técnica dos experts em informática para garantia de um ambiente virtual seguro, permitindo a discussão em rede sobre questões que afetam a vida das

41 Sobre a linha de pesquisa do Processo Coletivo no modelo participativo, Cf. MACIEL JÚNIOR, 2006; FERREIRA, 2017; COSTA, 2012; GUIMARÃES, 2014; GRESTA, 2014.

pessoas em sua cidade, seu país e no mundo, despertando para a compreensão de que essas situações estão indissolivelmente ligadas. Uma vez amadurecido o debate poderia ser aberta uma votação *on line* após prévio cadastramento com acesso criptografado e com o encaminhamento de temas a serem deliberados.

8 EM TERMOS DE CONCLUSÃO: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DE PROCESSO COLETIVO COM PARTICIPAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 23 de outubro de 2017, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Campus do Coração Eucarístico, foi levado a cabo um projeto de pesquisa proposto por mim⁴² para o desenvolvimento de um processo coletivo com participação das redes sociais.

O nosso projeto recebeu apoio da universidade através do pró-reitor de pesquisa e extensão professor doutor Sérgio de Moraes Hanriot e o coordenador da área de computação, professor Humberto Torres Marques Neto, contando ainda com o apoio do mestrando em informática da Puc Helder Seixas Lima, sendo esses dois últimos os desenvolvedores do sistema da audiência nos termos do nosso projeto.

Junto com os alunos do curso de mestrado⁴³ organizamos uma audiência pública simulada de processo coletivo, cujo tema escolhido para debate foi: “A erradicação do uso do amianto”.

A dinâmica começou em sala de aula com a escolha do tema. Foi feito um edital com as regras de participação e do debate. O processo poderia ser acessado por qualquer pessoa mediante um cadastro prévio de e-mail. Foi criada a possibilidade de participação em cada uma das fases por acesso virtual. Foram três fases: a propositiva; a instrutória e a decisória.

Dentro da proposta a simulação seria feita como se fosse uma audiência pública convocada pelo Ministério Público do Trabalho, para que o mesmo pudesse colher na audiência elementos, argumentos e provas para instruir possível ação civil pública para discutir a erradicação do uso do amianto.

42 MACIEL JÚNIOR, 2006.

43 Participaram do trabalho e fizeram brilhante apresentação na audiência pública simulada, transmitida ao vivo em canal do youtube pela TV/PUC, os seguintes alunos; Alisson de Souza Dias, André Bragança Brant Vilanova, Helena Patrícia Freitas, Luciana Cecília Morato, Lucimara Lopes Keuffer Mendonça, Nathalia Roberta Fett Viana de Medeiros, Rodrigo José Fonte Bôa Nascimento, Victor Hugo Santiago Lobato Lobato de Campos.

Foi convidada a participar a procuradora do trabalho de Minas Gerais Dra. Lutiana Nacur Lorentz, que mediou os trabalhos.

O debate ficou a encargo dos alunos do mestrado, cada um participando como se fosse um interessado envolvido diretamente na questão. Tivemos diversos personagens, como o dono da empresa, que tinha obtido alvará de funcionamento, licença ambiental, pagava impostos, tinha funcionários e defendia a continuidade da atividade e encaminhava contra o ajuizamento da ação civil pública. Havia o Município, que tinha interesse na arrecadação com atividade comercial, mas defendia o ajuizamento da ação porque o amianto causava danos a saúde e impactava no grande número de casos atendidos nos postos de saúde do Município. Houve o ambientalista. O sindicato dos trabalhadores. Um membro do Ministério da Saúde. Um morador cidadão.

O encaminhamento foi feito de modo que um personagem encaminhava a favor e em seguida o outro contrariamente ao ajuizamento da ação civil pública.

Ao final, o auditório composto de cerca de 150 pessoas pode cadastrar e votar nos temas que foram abordados e que constavam de uma suma contendo todas as propostas de encaminhamento.

O resultado final da votação foi entregue à Procuradora do Trabalho para que a mesma tivesse uma ideia do percentual de votação de cada tema e pudesse então propor a demanda, levando em consideração ou até mesmo priorizando as matérias mais votadas segundo o que foi deliberado. Evidentemente a dinâmica foi um trabalho acadêmico e não era para gerar uma ação judicial, que aliás já tramitava no Supremo Tribunal Federal.

No caso simulado, qualquer interessado poderia cadastrar o e-mail e participar na sugestão de temas da ação, participando remotamente. Depois da audiência presencial o sistema ainda ficou em aberto para a votação dos interessados em teste e aqueles que acessarem podem ainda votar desde que cadastrem o e-mail.

Toda a audiência foi transmitida ao vivo pela TV PUC em canal do youtube estando disponível para ser assistida na íntegra.⁴⁴ É evidente que a experiência realizada não se preocupou prioritariamente com o problema da segurança, mesmo porque se tratava de uma simulação. Entretanto, esta é exatamente nossa preocupação no sentido de aliar o desenvolvimento de um aplicativo ou um ambiente virtual seguro, que pudesse servir de base

⁴⁴ Todo o procedimento descrito pode ser acessado e visto pelo no seguinte endereço: <http://leasdle01.icei.pucminas.br/processoscoletivos/processos/topico/fase-2-instrutória-nao-iniciada/>

para a discussão em contraditório, interferindo na conscientização e conhecimento aprofundado da questão e a tomada de decisões importantes para a vida da coletividade.

Nesse aspecto, a participação de técnicos desenvolvedores de programas e canais criptografados poderia ser fundamental na reflexão da viabilidade do projeto e sua aplicação em larga escala, criando um ambiente deliberativo que estimulasse o conhecimento, a conscientização e o debate sobre temas importantes de nossas vidas.

Finalmente, merece ser observado, é fundamental para qualquer mobilização sobre uma causa que os oprimidos possam libertar-se de si mesmos, conhecendo, conscientizando e debatendo a fim de poderem se convencer e agir no sentido de quebrar a bolha protetora criada pela pedagogia⁴⁵ imposta pelo opressor.

45 FREIRE, 1987.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou. 1968.
- ASSANGE, Julian; ...et alli. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo:Boitempo, 2013.
- ATTALI, Jacques. **Breve storia del futuro**. Roma: Fazi Editore. 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.
- CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013(jun-out)**. São Paulo: Annablume. 2013.
- COSTA, Fabrício Veiga. **Mérito processual: a formação participada nas ações coletivas**. Belo Horizonte: Arraes Editores. 2012
- DINIZ, Artur José de Almeida. **A política e o terceiro mundo: contradições econômicas contemporâneas**. Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos. 1983.
- FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino português**. Rio de Janeiro: FAE. 1992.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
- FERREIRA, Juliana Maria Matos. **Teoria do processo coletivo no modelo participativo**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2017
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- GRESTA, Roberta Maia. **Introdução aos fundamentos da processualidade democrática**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris. 2014.
- GUIMARÃES, Natália Chernicharo. **A extensão subjetiva do julgado no modelo participativo da ação temática**. Belo Horizonte: Arraes Editora. 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula Maciel. **Teoria das ações coletivas: as ações coletivas como ações temáticas**. São Paulo: LTR, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2016.

MARTIN, Hans-Peter; SHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. Lisboa: Terramar. 1998

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.

Oxford English Dictionary Updates Some Entries & Adds New Words; Bada-Bing, Cypherpunk, and Wi-Fi Now in the OED”, **Resourceshef**, 16 set.2006, disponível em: <<http://web.resourceshef.com/go/resourceblog/43743>>. Acesso em 24 out. 2012.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

SANSEVERINO, Emanuele. *La filosofia Futura: oltre il dominio del divenire*. Milano: BUR, 2006.